



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_/2025**  
(Da Sra. Silvia Cristina)

**Requer o aditamento de convidado ao requerimento nº 55/2025 que trata da realização de audiência pública para debater os PL 2531/2021 e do PL 3817/2020 que instituem piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação básica.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados o aditamento ao requerimento nº 55/2025, que trata da realização de audiência pública para debater os PL 2531/2021 e do PL 3817/2020 que instituem piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação básica, a saber:

- 1- Representante do Sindicato dos Técnicos Administrativos Educacionais - Sintae

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta de instituir um piso salarial nacional para os profissionais técnico-administrativos da educação básica possui grande relevância social e estrutural para o fortalecimento das redes de ensino. Esses servidores — como merendeiras, secretários escolares, assistentes administrativos, bibliotecários e demais profissionais de suporte — desempenham funções essenciais para o funcionamento das escolas e para a garantia da qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Diante disso, a participação do **Sintae** torna-se indispensável nesta Audiência Pública. O Sindicato é a entidade que representa diretamente os trabalhadores que serão impactados pela futura legislação, reunindo experiência prática, conhecimento técnico sobre a realidade das escolas e elementos fundamentais para subsidiar a Comissão de Constituição e Justiça.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DEPUTADA SILVIA CRISTINA - PP/RO**

Apresentação: 25/11/2025 19:58:43.637 - CCJC

REQ n.57/2025

Como a própria proposta requer uma análise multidisciplinar, especialmente no que se refere ao impacto orçamentário e financeiro e aos critérios técnicos de implementação do piso, é crucial assegurar a presença das categorias profissionais envolvidas. O Sintae poderá apresentar dados, diagnósticos e percepções sobre:

- a atual defasagem salarial desses trabalhadores;
- a diversidade de funções desempenhadas pelos técnico-administrativos;
- as diferentes realidades estruturais e salariais entre os entes federativos;
- os riscos e desafios da proposta de equiparação do piso a 75% do piso nacional do magistério.

Além disso, ao lado de entidades como a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), do Ministério da Educação e dos órgãos de controle, a manifestação do Sintae contribuirá para uma avaliação equilibrada e socialmente responsável, garantindo que a decisão desta Casa Legislativa seja tecnicamente embasada e financeiramente sustentável.

Assim, a inclusão de um representante do Sindicato dos Técnicos Administrativos Educacionais – Sintae amplia a legitimidade da Audiência Pública e assegura que os principais interessados tenham voz no processo de construção de um marco legal que impactará diretamente suas condições de trabalho e sua valorização profissional.

**SILVIA CRISTINA**  
DEPUTADA FEDERAL  
PP/RO



\* C D 2 5 2 8 5 1 3 4 8 5 0 0 \*